

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 27 de março de 2020. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante		27.713	23.978	Circulante		13.476	10.819
Disponibilidades	4	159	115	Outras obrigações		13.476	10.819
Títulos e valores mobiliários		17.359	14.811	Fiscais e previdenciárias	7b	1.471	850
Carteira própria	5	17.359	14.811	Diversas	7c	12.005	9.969
Outros créditos		9.850	8.804	Exigível a longo prazo		21.934	21.765
Rendimentos a receber	6a	3.404	2.432	Outras obrigações		21.934	21.765
Diversos	6b	6.446	6.372	Diversas	7c	21.934	21.765
Outros valores e bens		345	248	Patrimônio líquido		19.028	16.473
Despesas antecipadas		345	248	Capital social		262.671	262.671
Realizável a longo prazo		25.075	24.110	De domiciliados no exterior	9	262.671	262.671
Outros créditos	6b	25.071	24.103	Prejuízos acumulados		(243.643)	(246.198)
Diversos		25.071	24.103				
Outros valores e bens		4	7				
Despesas antecipadas							
Permanente		1.650	969				
Investimentos		55	54				
Outros investimentos		55	54				
Imobilizado de uso		781	655				
Outras imobilizações de uso		1.439	1.529				
(-) Depreciações acumuladas		(658)	(874)				
Intangível		814	260				
Outros ativos intangíveis		814	1.689				
(-) Amortização acumulada		(1.429)	(1.429)				
Total do ativo		54.438	49.057	Total do passivo		54.438	49.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	<u>262.671</u>	<u>(236.663)</u>	<u>26.008</u>
		(9.535)	(9.535)
	<u>262.671</u>	<u>(246.198)</u>	<u>16.473</u>
		2.555	2.555
	<u>262.671</u>	<u>(243.643)</u>	<u>19.028</u>
		(246.126)	16.545
		2.483	2.483
	<u>262.671</u>	<u>(243.643)</u>	<u>19.028</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, anteriormente denominada Crédito Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária do CA Indosuez Wealth Group (anteriormente denominada Crédito Agricole Private Banking) 99.999998% com sede na França e do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. 0,000002% (mesmos valores em 2018) com sede no Brasil.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédito Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
A CA Indosuez Wealth (Brasil) S.A. DITVM consolidou-se na gestão de ativos de seus clientes através, principalmente, de fundos de investimentos e carteiras administradas. O plano estratégico está baseado na racionalização das equipes, controle cuidadoso dos custos, desenvolvimento de ferramentas que auxiliam a difusão de informação aos clientes e implementação de processos que busquem maior eficiência no atingimento das metas de performance dos produtos. Desta forma, temos alcançado níveis mais altos de ativos sob gestão gerando elevação de receitas através, não só do canal de distribuição próprio, ou seja, de nossa força comercial direta junto aos clientes, mas também através de agentes autônomos e plataformas eletrônicas. Nesse sentido há uma área específica dedicada ao segmento. Nosso objetivo de longo prazo é atuar em ambos os segmentos além de continuarmos a buscar sinergias com outras entidades do Grupo na geração de novos negócios que contribuam igualmente para o resultado da empresa. O reconhecimento da qualidade de gestão traduzida na superação dos objetivos de retorno dos produtos tem sido fundamental para o contínuo desenvolvimento do negócio.
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.
Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.
As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2020.

Resumo das principais práticas contábeis
a) **Aparuração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.
b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DITVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.
c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:
• Títulos para negociação;
• Títulos disponíveis para venda; e
• Títulos mantidos até o vencimento.
Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.
Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.
Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a DITVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.
d) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**
É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.
Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.
e) **Investimentos**
Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
f) **Imobilizado e intangível**
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercício com essa finalidade.
O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.
g) **Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)**
São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.
h) **Demais ativos e passivos**
Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.
i) **Imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 15%. Conforme Lei nº 13.169/15, até 2018 à alíquota de 20%.
j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.
k) **Resultado por ação**
O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	159	115
Caixa e equivalentes de caixa	159	115

5. Títulos e valores mobiliários
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

	2019	2018
Títulos e valores mobiliários	17.359	14.811
a.1) <i>Composição por classificação</i>		
	2019	2018
	Custo	Mercado
Carteira própria	17.359	17.359
Negociação	17.359	17.359
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.359	17.359
Total	17.359	17.359

a.2) *Composição por prazo de vencimento*

	2019	2018
Total	17.359	14.811
Total	17.359	14.811

a.3) *Composição por emissor*

	2019	2018
Títulos de renda fixa	17.359	14.811
Títulos públicos	17.359	14.811
Letras do tesouro nacional	17.359	14.811

Em 31 de dezembro de 2019, os títulos e valores mobiliários estavam custodiados na Selic. O resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 756 (R\$ 1.112 em 2018).
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais.
6. Outros créditos
a) **Rendimentos a receber**
Em 31 de dezembro de 2019, a Distribuidora possui registrado como "rendas a receber" o montante de R\$ 3.404 (R\$ 2.432 em 2018) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a Distribuidora administrou R\$ 11.177.067 (R\$ 9.963.060 em 2018) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i)	11.827.733	1.281.168
Fundos de investimento em ações	26.490	27.316
Carteiras administradas	1.766.682	1.790.327
Outros fundos de renda fixa	587.138	8.518.246
Subtotal de recursos de terceiros	14.208.043	11.617.057
Aplicações em fundos de investimentos da própria Distribuidora	(3.030.976)	(1.653.997)
Total líquido de recursos de terceiros	11.177.067	9.963.060

(i) *Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento.*
As receitas auferidas no exercício com a administração desses recursos totalizaram R\$ 46.789 (R\$ 27.339 em 2018) - Nota 11.

b) **Diversos**
Outros créditos - diversos

	2019	2018
Circulante	6.446	6.372
Adiantamento e antecipações salariais	311	519
Adiantamento a fornecedores	17	-
Valores a receber-sociedades ligadas (Nota 17.a)	1.600	958
Pagamentos a ressarcir	115	-
Devedores diversos	2	2
Impostos e contribuições a compensar	259	284
Recuperação de processo (ii) (Nota 8.a)	3.793	3.715
Outros	349	894
Realizável a longo prazo	25.071	24.103
Impostos e contribuições a compensar	192	207
Devedores por depósitos em garantia	86	80
Depósito judicial (i)	24.793	23.816
Total	31.517	30.475

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINS no valor de R\$ 22.271 (R\$ 20.916 em 2018) e outros no valor de R\$ 2.522 (R\$ 2.900 em 2018) referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a Distribuidora. As atualizações monetárias dos depósitos judiciais de COFINS correspondem a R\$ 701 (R\$ 761 em 2018) e outros no valor de R\$ 195 (R\$ 168 em 2018).
(ii) Referente a valor a receber sobre crédito de Adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE), referente a 1996. Foi transitado e julgado em 2017 e está aguardando emissão de guia de levantamento pelo Estado. A movimentação de depósitos judiciais no exercício está abaixo apresentada:

Movimentação de depósitos judiciais

	2019	2018
Fiscal	22.050	19.867
Trabalhista	1.766	1.510
Total	23.816	21.377
Constituições	1.153	1.508
Reversões/realizações	(1.149)	(1.149)
Atualizações (Nota 13ii)	760	58
Saldo no início do exercício	23.963	830
Total	24.793	22.050

a) **Negociação e intermediação de valores**
Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar. Não foram apresentados valores em 2019 e 2018.
b) **Fiscais e previdenciárias**

	2019	2018
Circulante	1.471	850
Impostos e contribuições a recolher	1.471	850
Total	1.471	850

c) **Diversos**

	2019	2018
Circulante	12.005	9.969
Provisão para encargos trabalhistas	2.988	2.826
Provisão para gratificação	5.850	4.386
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 17.a)	1.262	1.663
Fornecedores	467	202
Publicação	72	25
Provisão de reestruturação (i)	400	390
Outras despesas administrativas	966	459
Exigível a longo prazo	21.934	21.765
Outros passivos contingentes (Nota 8b)	21.934	21.765
Total	33.939	31.734

(i) Parcela remanescente da provisão referente à reestruturação da DITVM iniciada em 2017 e 2018.
8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
a) **Ativos contingentes**
Em 31 de dezembro de 2019 a Distribuidora detinha o valor de R\$ 3.793 (R\$3.715 em 2018) de ativo contingente referente a crédito de adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE) conforme nota 6b.
b) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**
As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes, no montante de R\$ 21.934 (R\$ 21.765 em 2018) (nota 7c), como segue:
(i) A Distribuidora vem contestando judicialmente a legalidade de certos impostos e contribuições, principalmente recolhimento da COFINS nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essas causas, a Distribuidora mantém provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outros passivos contingentes" o montante de R\$ 21.250 (R\$ 19.986 em 2018), para esta contingência existe de depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 22.271 (R\$ 20.916 em 2018) (Nota 6b i), julgado suficiente pela administração para fazer face a possíveis perdas.
Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos ao exame pelas respectivas autoridades em um período de 05 a 30 anos, conforme a natureza tributária.
(ii) As contingências referentes a processos trabalhistas montam R\$ 684 (R\$ 1.779 em 2018), para os quais a administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas. Para esta contingência existem depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 830 (Nota 6b).
A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	2019	2018
Fiscal	22.050	19.867
Trabalhista	1.766	1.510
Total	23.816	21.377
Constituições	1.153	1.508
Reversões/realizações	(1.149)	(1.149)
Atualizações (Nota 13ii)	760	58
Saldo no início do exercício	23.963	830
Total	24.793	22.050

(i) As contingências referentes a processos trabalhistas montam R\$ 684 (R\$ 1.779 em 2018), para os quais a administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas. Para esta contingência existem depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 830 (Nota 6b).
A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	2019	2018
Fiscal	22.050	19.867
Trabalhista	1.766	1.510
Total	23.816	21.377
Constituições	1.153	1.508
Reversões/realizações	(1.149)	(1.149)
Atualizações (Nota 14)	721	709
Saldo no início do exercício	21.250	684
Total	21.934	19.986

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	2019	2018
Valor reclamado	21.250	19.986
provisionado	684	1.779
Total	21.934	21.765

Riscos fiscais
Riscos trabalhistas
Total
c) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis.**
As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	2019	2018
Valor reclamado	2.035	<

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

• Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada à lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O CRÉDIT AGRICOLE implementou em sua Matriz e em toda a sua rede internacional um componente organizacional dedicado à avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de risco que conta com a participação de todas as áreas da instituição.

Através de reuniões regulares, a alta administração do CA Indosuez DTVM Brasil e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial CRÉDIT AGRICOLE BRASIL discutem as conclusões do mapeamento de risco, os resultados dos indicadores de risco e de performance, perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional e das metodologias utilizadas encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

• Risco Socioambiental

A Diretoria

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Ano 2019

semestres findos em 31 de Dezembro de 2019 e 30 de Junho de 2019 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Comitê reuniu-se 4 vezes no ano de 2019, nas datas de 20 de Março, 27 de Junho, 27 de Agosto e 17 de Dezembro para (i) aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco Crédit Agricole, da CA Indosuez Wealth Brazil DTVM e do Conglomerado Prudencial para 31 de Dezembro 2018 e 30 de Junho 2019; (ii) aprovação do relatório de Auditoria Interna para 2019; (iii) aprovação do plano de auditoria interna para

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores da DTVM atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para gerencialmente de risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais suas operações. Cada operação analisada sob a ótica socioambiental passa pela linha de negócios, pela equipe local de Risco de Crédito, pelo Desenvolvimento Sustentável da Matriz, pela equipe local de Compliance, pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

19. Eventos Subsequentes

Impacto COVID-19

O CA Indosuez Wealth Management segue em constante monitoramento da qualidade de crédito da carteira dos seus fundos abertos e das carteiras de investimentos de seus clientes. Apesar da volatilidade observada recentemente nos mercados local e internacional não há fatos relevantes que remetam a uma situação de deterioração de crédito. Entendemos que, dada a comprovada experiência de gestão, análise e gerenciamento de riscos, o CA Indosuez está adequadamente preparado para garantir a manutenção de sua excelência de gestão acumulada ao longo de mais de 20 anos em administração de recursos no Brasil.



José Luiz Gonzaga - Contador - CRC 1SP 132371/O-5

2020, (iv) ciência dos principais assuntos de Auditoria, Contabilidade e Impostos pelo Auditor Independente, referentes às Demonstrações Financeiras aprovadas por este Comitê; (v) ciência do Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais conforme Circular do Banco Central nº 3.467/09 para o 2º semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019; (vi) ciência dos relatórios de Ouvidoria para o 2º Semestre de 2018 e 1º semestre de 2019.

São Paulo, 27 de Março de 2020
Comitê de auditoria

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020.

